

ATA Nº25/01 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2 Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se
3 extraordinariamente às dezenove horas no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de
4 Porto Alegre, a Plenária para deliberar a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da ata**
5 **nº24/01; 2) Informes; 3) Proposta do Plano de Aplicação das verbas da**
6 **Municipalização Solidária/2001; 4) Parecer nº27/01-SETEC. Conselheiros presentes:**
7 Nei Carvalho, Paulo Ricardo Barbosa, Ronald Wolff, Neuza Heinzelmann, Maria Ivone
8 Dill, Maria Encarnacion Ortega, Ana Cirne, José Carlos Pintado, João José Marcelo,
9 Sônia Maria Mansur (FJ), Adelaide Konzen, Rosângela Schneider, Roger dos Santos
10 Rosa, Maria Lectícia de Pelegrini e Jorge Abib Cury. **Não conselheiros:** Nelson Dalmas,
11 Yolanda Dalmas, Márcia Marinho Silva, Gerci Rodrigues, Arlete Alves, Heverson da
12 Cunha, Eleonora Spinato, José Giovanni da Silva, Armando De Negri Filho, Katia
13 Comerlato, Maria Letícia Garcia, Rosane Ciconet, Alberto Gabellini, Denise Girardi,
14 Cândida Aguiar, Jane M^a Boer, Alex Chalme da Silva, Jane Pilar, Cristiane Trailer.
15 **1) Leitura e aprovação da ata nº24/01:** Conselheira Ana fez a leitura, teve correções nas
16 linhas 19, 38 e 40, que foram devidamente registradas e incorporadas na mesma.
17 **2) Informes:** Coordenador Humberto: leu o ofício nº 203/01-CMS enviado à direção do
18 SIMERS. Conselheiro Ronald: informou que a partir de janeiro, por determinação do
19 Ministério da Saúde, serão ampliadas as equipes dos PSF's Sta. Tereza, Castelo, Jardim
20 Cascata, Esmeralda, Morro dos Sargentos e Ponta Grossa, porque estas atendem mais
21 de 1.000 famílias. Campanha com fogos não se brinca: enf^a Arlete (HPS) informou que o
22 Hospital busca sensibilizar a comunidade para os perigos que os fogos podem provocar.
23 Fórum em defesa da saúde dos povos: Dr. Armando entregou a proposta (anexo) e
24 convidou o CMS para ser parceiro na realização do evento, que pretende desencadear
25 um fórum mundial da saúde. **3) Proposta do Plano de Aplicação das verbas da**
26 **municipalização solidária/2001:** conselheiro Nei destacou que esta proposta foi
27 discutida e construída a partir das demandas do OP, das necessidades institucionais e do
28 Controle Social. Sr. Heverson ressaltou a presença dos conselheiros do OP Estadual:
29 José Giovanni, Eleonora e Alex. Em seguida leu o seu texto (em anexo) especialmente
30 construído para esta ocasião. Sr. José Giovanni referiu-se ao processo de construção da
31 proposta que os objetivos são comuns, diante das demandas e necessidades. Em
32 seguida explicou a proposta que destina: a) R\$ 2.111.049,78 para a informatização da
33 atenção à saúde (obras R\$ 125.800,00; equipamentos R\$ 1.860.249,78 e serviços R\$
34 125.000,00); b) R\$ 1.004.959,86 para adaptação da frota do SAMU (equipamentos R\$
35 941.113,98 e material de consumo R\$ 63.845,88); c) R\$ 50.000,00 para complementação
36 de recursos ao plano de aplicação 09/2000 da Municipalização Solidária – 2000; d) R\$
37 1.153.000,00 para reforço da rede de atenção primária (obras R\$ 890.000,00 e
38 equipamentos R\$ 263.000,00) para as regiões: Centro - US Santa Cecília (novo prédio),
39 Extremo-Sul 1 equipe de PSF, Restinga 2 equipes de PSF, Partenon 3 equipes de PSF,
40 Eixo-Baltazar 2 equipes de PSF e Nordeste 2 equipes de PSF (especificações em anexo).
41 Manifestaram-se, respectivamente: Sr. Alex, Yolanda, Neuza, Cândida, Maria
42 Encarnacion, Ana, João Marcelo e Ronald, sobre a discordância com a demanda
43 institucional de informatização da rede e aquisição de ambulâncias; a SMS deve estar
44 presente nas reuniões das comunidades do OP municipal e estadual; foi considerado
45 baixo o valor para especialidades na proposta. Conselheiro Nei esclareceu que para o
46 ano anterior foi previsto R\$500 mil; deve ser priorizado investimento na rede básica que
47 tem mais necessidades; ambulâncias para remoção psiquiátrica, a informatização já
48 contava no plano de investimento anterior; porque a região Lomba não está contemplada
49 com equipes de PSF; as equipes que serão ampliadas por determinação do Ministério da
50 Saúde estão neste plano? Foi esclarecido pelo Dr. Armando que a informatização é
51 necessária para agilizar a prestação de serviços, pois os equipamentos previstos nos
52 planos de investimento anteriores não foram suficientes. O governo federal irá financiar a

53 implantação do cartão e a leitura deste, tem a possibilidade do fundo das operadoras das
54 telecomunicações entrar com recurso. Sobre ambulâncias do SAMU hoje tem 07, mas
55 são necessárias 15 para atender a cidade. É preciso equacionar as ambulâncias para a
56 emergência psiquiátrica. O critério para a distribuição dos PSF's foi para as regiões que
57 priorizaram no OP estadual. Na região Lomba está previsto investimento para 2002 pelo
58 OP municipal. Informou também que foi constituída uma gerência das especialidades, que
59 poderá prestar mais esclarecimentos ao Conselho nesta área. Em seguida, a proposta do
60 plano de aplicação das verbas da municipalização solidária/2001 foi aprovada com 11
61 votos a favor e 3 abstenções. **4) Parecer nº27/01 – sobre Utilidade Pública:** O
62 Coordenador fez um histórico sobre este tema e as dificuldades encontradas para
63 encaminhá-lo. Em seguida o conselheiro Jorge fez a leitura do mesmo- “A Secretaria
64 Técnica – SETEC, reunida extraordinariamente em 20/12, concluiu a avaliação das
65 documentações das seguintes Entidades: *Fundação Universitária de Endocrinologia e*
66 *Fertilidade (FUEFE); Sanatório Belém (Hospital Parque Belém); Associação dos*
67 *Funcionários Municipais (Hospital Porto Alegre); Associação dos Funcionários Públicos do*
68 *Estado do Rio Grande do Sul (Hospital Ernesto Dorneles); Sociedade Portuguesa de*
69 *Beneficência (Hospital Beneficência Portuguesa); Sociedade Divina Providência (Hospital*
70 *Divina Providência); Fundação de Radioterapia do Rio Grande do Sul; Hospital Espírita de*
71 *Porto Alegre, e Sociedade Educadora e Beneficente do Sul (Hospital Mãe de*
72 *Deus).* Considerando que a Comissão de Avaliação do Título de Utilidade Pública Estadual
73 da Secretaria de Trabalho Cidadania e Assistência Social, solicita um parecer do
74 Conselho Municipal de Saúde, sobre a conveniência da manutenção, ou não, do Título de
75 Pública Estadual às Entidades acima referidas; Considerando que os Relatórios de
76 Atividades das referidas Utilidade Entidades não seguem um modelo padronizado;
77 Considerando que esta Comissão teve que apropriar-se do tema, bem como da
78 Legislação referente à Utilidade Pública e Filantropia; Considerando que os eixos
79 norteadores da análise foram as Legislações Federais 8080 e 8142/90 e decreto federal
80 nº2536/98; Considerando que a análise feita baseou-se nos documentos remetidos pela
81 Gerência de Regulação de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde;
82 Considerando que somente o Hospital Espírita de Porto Alegre, o Hospital Parque Belém
83 e o Hospital Beneficência Portuguesa cumprem com o percentual estabelecido na
84 referida Legislação; Considerando que a *Fundação Universitária de Endocrinologia e*
85 *Fertilidade (FUEFE), Sociedade Divina Providência (Hospital Divina Providência) , e*
86 *Sociedade Educadora e Beneficente do Sul (Hospital Mãe de Deus)* atendem o SUS, mas
87 não cumprem o percentual previsto na Legislação; Considerando que a *Associação dos*
88 *Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Hospital Ernesto Dorneles),*
89 *Associação dos Funcionários Municipais (Hospital Porto Alegre) e Fundação de*
90 *Radioterapia* não mantêm vínculo com o SUS; Considerando as dificuldades como
91 anacronismo legal, benefícios fiscais diretos e indiretos, exigências e objetivos não claros,
92 relatórios inconclusivos e lei estadual; sugerimos um seminário que aborde os seguintes
93 temas: redefinição do sentido da utilidade pública no âmbito do SUS tendo em vista o
94 histórico da figura da filantropia e a constituição 1988 e L.O.S. (8080/8142) e seus
95 princípios em especial a universalidade, atualização das leis sobre o assunto,
96 esclarecimentos sobre conseqüências da legislação sobre utilidade pública e filantropia,
97 análise dos objetos e relevância social dos “tipos” de entidades que pleiteiam utilidade
98 pública. Concluimos que somente os Hospitais Espírita de Porto Alegre, Parque Belém e
99 Beneficência Portuguesa apresentam, neste momento, condições estabelecidas no
100 decreto referido e sugerimos a reavaliação bianual deste título. Esta SETEC indica a
101 manutenção do Título às estas Entidades referidas”. Este parecer foi aprovado por
102 unanimidade. Pauta da próxima plenária: Relatórios da Comissão de Fiscalização e
103 Apresentação da gerência de especialidades. Nada mais havendo a tratar a reunião
104 encerrou-se às 21:30h.

105
106
107

Humberto José Scorza
Coordenador CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva
Ata aprovada na reunião do plenário de 17/01/02.